

Kandir: "É hora de administrar a crise"

Brasília — Arnildo Schulz

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA — Passados 19 dias do repique da crise financeira internacional — que custou ao país juros de 45% ao ano, um ajuste fiscal de R\$ 20 bilhões, perda de US\$ 8,3 bilhões de reservas em três dias e expectativa de um baque na produção e no consumo —, a área econômica do governo começou a respirar algum alívio. O saldo perverso é o risco de uma recessão. Se não houver um dilúvio — por exemplo, a crise contaminar seriamente o Japão —, os prejuízos, já enormes, param por aí. Se houver, melhor nem pensar.

A tarefa agora é "administrar a crise e, quando ela estiver superada, refazer o cronograma político", analisa o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Para as eleições presidenciais, o cenário ideal é que já no primeiro trimestre de 1998 as coisas comecem a voltar aos eixos. Ou seja, o nível de atividade econômica não se retraia a ponto de levar o país à recessão profunda. Que, a partir de meados do mês de dezembro, já seja possível dar uma boa redução nas taxas de juros básicas da economia e que, no segundo trimestre do ano que vem, a situação da produção e do consumo comece a melhorar e se sustente no terceiro trimestre. Se esse cenário se confirmar, a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso não estará comprometida, avaliam outras fontes do governo.

Privatização — A semana começa com os olhos voltados para o comportamento dos mercados da Ásia e uma agenda de providências para pôr em prática as medidas anunciadas. Dia 19, quarta-feira, data do leilão da estatal de energia elétrica Enersul, o Conselho Nacional de Desestatização reúne-se para dar partida à privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e das rodovias federais.

A pré-qualificação de 44 empresas interessadas na Enersul, sendo 14 estrangeiras, é um bom alento. O governo espera que compareçam seis consórcios na disputa pela estatal.

O CND também terá que começar a cuidar de um ativo de R\$ 25 bi-

lhões, listado no Serviço do Patrimônio da União (imóveis e bens em geral), cuja venda passa a ser atribuição do BNDES. Kandir acha que será possível apurar com vendas e concessões desses ativos, algo como R\$ 2 bilhões ao ano, a partir de 1998, tirando esse assunto da gaveta onde repousa há anos.

O governo vai também apresentar um substitutivo ao projeto de regulamentação da privatização das empresas estaduais de saneamento, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), para dar velocidade à venda dessas estatais. A expectativa do Planejamento é de que essas privatizações rendam cerca de R\$ 6 bilhões aos estados.

Como o esforço de aumento da receita e corte das despesas não é só do governo federal, mas envolve estados, municípios e suas empresas estatais, essa é uma privatização bem-vinda para o ajuste fiscal do setor público.

Imposto de Renda — Kandir acredita que o Congresso Nacional aprovará a elevação do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 10% e não tem simpatia, assim como ninguém na área econômica, pela elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o imposto do cheque), de 0,2% para 0,25% conforme proposto pelo PMDB. A CPMF é uma contribuição regressiva (atinge mais aos que ganham menos) e sua vigência está prevista para o ano de 1998, apenas, enquanto que o governo quer o reforço do IRPF por dois anos.

O tamanho do ajuste fiscal, de R\$ 20 bilhões, segundo o ministro do Planejamento, é "inegociável". O governo vai evitar, de todas as maneiras possíveis, que se instale uma recessão no país, não só porque ela seria politicamente terrível para Fernando Henrique, mas também porque afetaria drasticamente a arrecadação de impostos. Quanto pior o nível de atividade econômica, menor a receita de tributos e, portanto, pior para os planos fiscais do governo para 1998.



Kandir considera o ajuste fiscal de R\$ 20 bilhões um objetivo "inegociável" no pacote de medidas do governo para enfrentar a crise